

DIVERSIDADE E INCLUSÃO: um relato de experiência no ensino superior¹

Maria Ângela de Moraes Cardoso²

Ailton de Souza Gonçalves³

Christiane Renata Caldeira de Melo⁴

Resumo: O presente artigo relata a experiência pedagógica de um curso de graduação em Administração, de uma Faculdade de Ensino Superior privado, na inclusão de pessoas com deficiência. Para tal, foram analisados documentos normativos e institucionais, relatórios de atendimento ao discente e entrevistas com docentes e profissionais do setor psicopedagógico desta instituição. Constatou-se que as estratégias de intervenção pedagógica planejadas e implementadas pela Instituição foram significativas para a realização de um programa de educação inclusiva.

Palavras-chave: Diversidade. Inclusão. Ensino Superior. Intervenção pedagógica.

Abstract: This article reports a pedagogical experience of an undergraduate course in Business Administration at a Private Higher Education Institute on the inclusion of people with disabilities. For this purpose, it was analyzed normative and institutional documents, reports on student assistance and interviews with professors and professionals working at the psychopedagogical sector of this institution. It was verified that the planned and implemented strategies of pedagogical intervention by the institution were relevant for the accomplishment of an inclusive education program.

Keywords: Diversity. Inclusion. Higher Education, Educational Intervention.

Considerações Iniciais

¹ “Pesquisa financiada pela Faculdade do Noroeste de Minas –Finom/ Faculdade Tecsoma” – Resultado parcial do Grupo de Pesquisa Avaliação e Ética (GPAE).

² Mestra em Políticas Públicas para a Educação pela Universidade Católica de Brasília, diretora Pedagógica da Faculdade Tecsoma/FINOM – direcaoacademica@tecsoma.br

³ Mestre em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Licenciado em Filosofia. Professor nos cursos Direito, Engenharia Elétrica, Engenharia Ambiental, Engenharia Produção e Agronomia da Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). *Email:* ailtonsg2014@gmail.com

⁴ Mestra em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), docente da FINOM/TECSOMA e atua como professora de Português na rede estadual e municipal em Paracatu. *E-mail:* chrisrenatademelo@yahoo.com.br

Recebido em 25/02/2019

Aprovado em 02/04/2019

O tema inclusão vem sendo discutido desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – nº 9394/96, na qual preconizam ideias de sistemas educacionais inclusivos.

Na LDB 9394/96, em seu artigo 58º, é determinado que a educação para alunos com necessidades especiais seja ofertada preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Sabe-se que a diversidade humana está posta desde os primórdios da humanidade, mas, só a partir de final do século XX é que a sociedade se dá conta desta especificidade, declarando que os seres humanos não são iguais.

Para Ferreira (2003), a diversidade, vista historicamente como uma realidade negativa e abordada de forma desrespeitosa e depreciativa, chegou a justificar ações preconceituosas e discriminatórias em relação às pessoas com deficiência.

Entretanto, os termos “diversidade” e “diferença” passaram, atualmente, a serem compreendidos positivamente, além de inspirarem movimentos em prol da inclusão das pessoas que, de acordo com a história, foram vítimas da exclusão social.

De uma forma geral, a inclusão pode ser entendida como o processo no qual a sociedade se adéqua para incluir, em todas as suas esferas, aquelas pessoas consideradas diferentes da comunidade a que pertença. Nesse sentido, o processo de inclusão implica em oferecer, aos portadores de necessidades especiais, oportunidades e condições dignas para o exercício da cidadania.

Uma vez na universidade, enquanto alunos, esses cidadãos têm direito a usufruir de oportunidades semelhantes às dos seus pares sem condições de deficiência. Para ter direito à igualdade, o portador de necessidades especiais deve fazer uso de recursos que lhe permitam usufruir dos benefícios colocados à disposição da comunidade em geral.

No contexto do ensino superior, a inclusão de um estudante com necessidades especiais não significa “nivelar por baixo” (RAÍÇA, 2016). Ou seja, não significa que a Instituição de Ensino Superior (IES) tenha que desenvolver medidas que impliquem na redução do nível de exigência e aproveitamento, não significa diminuir seus alunos e, muito menos, abdicar de seus valores institucionais. Ao contrário, conforme expõe Miranda (2003), políticas educacionais inclusivas têm origem na reflexão sobre a certeza de contar com alunos portadores de necessidades especiais no seu quadro de docentes e, por isso, desenvolver ações e adaptações

que lhes proporcionem acessibilidade física e social e, ainda, a preparação profissional que se busca no ensino superior.

A inclusão de pessoas com deficiência é prevista na Constituição e figura entre os direitos dos cidadãos. Na prática, no entanto, realizar essa inclusão não se resume apenas a garantir a presença dessas pessoas em todos espaços. Ainda nesses contextos, vemos alguns erros que terminam por reforçar práticas excludentes e discriminatórias.

Ferreira (2003) analisa que, em muitos casos, isso acontece porque a deficiência toma um lugar central. Dito de outro modo, a pessoa passa a ser mais definida pelo o que não tem do que pelos diversos outros elementos que tem. Para quebrar esse paradigma, é necessário que as deficiências sejam lidas em um contexto de diversidade. Todos temos perfis e necessidades específicas. Todos vivemos e aprendemos cada um a nossa maneira.

Na trajetória histórica da temática, envolvendo a inclusão social na educação, pode-se perceber que muito foi escrito e normatizado em relação às questões educacionais, relacionadas a recursos, serviços, apoio e direitos da pessoa com deficiência. Contudo, ainda sim, questiona-se: quais são as ações práticas que estão sendo desenvolvidas pelas Instituições IES, de forma a proporcionar um melhor atendimento aos discentes com deficiências.

Para Castanho e Freitas (2005), todos os contextos educacionais, entre os quais as Instituições de Ensino Superior (IES), são responsáveis pela promoção da cidadania e, como tal, têm o dever de dar oportunidade e incentivar a educação para todos.

Assim, cabe à educação especial no ensino superior “direcionar ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orientar a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas” (Brasil, 2008).

Diversidade e Inclusão no Ensino Superior

Com o crescimento do discurso da inclusão e diversidade, cada vez mais se vê surgir na sociedade uma nova escola, mais aberta, diversa e integral, tornando o espaço escolar mais rico em aprendizagem.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) estabelece que a Instituição de Ensino Superior deverá estar preparada para

atender pessoas deficientes, tendo em vista a educação inclusiva e a crescente demanda gerada por empresas que investem em responsabilidade e inclusão social.

A educação especial é uma modalidade de educação escolar e deve estar presente em todos os níveis educacionais, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior (Brasil, 1996).

O avanço da medicina, o uso de medicações cada vez mais eficazes e o desenvolvimento de procedimentos psicológicos aliados ao movimento inclusivo na educação têm garantido, ao longo dos tempos, que indivíduos com limitações significativas no comportamento relacionadas às deficiências (déficit intelectual, surdez, cegueira e mobilidade reduzida) ou outras condições de saúde que geram prejuízos acadêmicos (interação social pobre, problemas de comunicação, transtornos psiquiátricos entre outras) estejam inseridos na rede regular de ensino e avancem em seu processo de escolarização, chegando também ao ensino superior.

Para Castanho e Freitas (2005), todos os contextos educacionais, entre os quais as IES, são responsáveis pela promoção da cidadania e, como tal, têm o dever de dar oportunidade e incentivar a educação para todos.

Assim, cabe à educação especial no ensino superior “direcionar ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orientar a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas” (Brasil, 2008).

Na faculdade estudada, o trabalho de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é realizado atualmente pelo Núcleo de Orientação Psicopedagógica (NOP). De acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o NOP é responsável pela avaliação das necessidades educacionais de estudantes que declaram deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação ou que estejam em tratamento médico especializado e que, em razão de dificuldades físicas, comportamentais ou metodológicas, demandem adaptações curriculares ou capacitação dos docentes e servidores envolvidos no processo de aprendizagem deles.

O NOP tem atribuições específicas que fortalecem a inclusão no ensino superior como o acompanhamento junto às coordenações de cursos no que diz respeito aos índices de aproveitamento, frequência às aulas e evasão ; identificação dos alunos com necessidades educacionais especiais que ingressam ;orientação para a preparação e aquisição de recursos

pedagógicos e de acessibilidade para Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos; promoção de ações de intervenção pedagógica e/ou psicológica nos casos de necessidades educativas específicas e promoção da educação inclusiva, mediante identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade.

O acesso ao NOP se dá por encaminhamentos (colegas, representantes de turma, professores, coordenadores ou colegiado), por demanda espontânea, por avaliações internas e visitas programadas às salas.

O atendimento é individual ou coletivo, de acordo com a necessidade do professor, do aluno ou da instituição. Será individual quando o interessado procurar ou quando for convocado pelo coordenador ou diretor e/ou for encaminhado por algum profissional que possa auxiliá-lo na sua dificuldade. E será coletivo quando se tratar de cursos, palestras ou treinamentos propostos pelos coordenadores e direção acadêmica.

Geralmente, as expectativas do estudante para atendimento educacional especializado referem-se à busca de tratamentos médicos e psicológicos, remoção de barreiras de comunicação, físicas/ arquitetônicas e atitudinais, trancamento e mudança de curso ou prorrogação de prazo para seu término, licenças, fracionamento de série, programas especiais de disciplinas, e até mesmo a auxílio para a sua condição de pobreza (Ferreira, 2003). Entende-se por barreiras de comunicação aquelas que impedem uma plena comunicação interpessoal, escrita e virtual; barreiras físicas/ arquitetônicas, espaço físico e mobiliários que dificultam a mobilidade; e barreiras atitudinais aquelas que se referem aos valores e concepções sobre a deficiência e associam-se à discriminação, ao preconceito, aos estigmas e estereótipos (Vivarta, 2003).

Em 2015, o curso de graduação em Administração desta instituição de ensino superior admitiu uma aluna por meio de vestibular tradicional. Porém, ela só chamou a atenção da Instituição em 2017 quando foi instalado o Núcleo de Atendimento e Apoio Psicopedagógico (NAAPP), que se transformou depois em NOP.

Uma professora do curso, ao perceber as limitações acadêmicas desta aluna, levou o caso para ser discutido com a psicopedagoga do núcleo. Levantaram-se na época as suas limitações: possuía oito reprovações, apresentava dificuldade ao apresentar seminários e participar de discussões; as suas provas eram sempre incompletas; pouco comunicava com os colegas e professores. Sua atenção era voltada apenas para um aluno, que, de acordo com as palavras da professora “ele a protegia dos colegas”.

O caso da estudante que ora apresentamos, de certa forma, demonstra o esforço da Instituição em promover a educação inclusiva. Ela possui laudo médico, atestado por médico especialista; tem Paralisia Cerebral Não Especificada (CID: G80.9). Atualmente cursa o 8º período, realizando disciplinas em comum com a turma e dependências em particular.

A descrição que se analisa foi elaborada pela psicopedagoga e pela pedagoga do Núcleo de Orientação Psicopedagógica (NOP) da faculdade. Ele descreve a paralisia cerebral como um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento, do movimento e postura, atribuídos a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil, podendo contribuir para limitações no perfil de funcionalidade da pessoa. A desordem motora na paralisia cerebral pode ser acompanhada por distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e comportamental, por epilepsia e por problemas musculoesqueléticos secundários.

Esse relatório focou a condição cognitiva associada à paralisia cerebral. Segundo o documento, na paralisia cerebral o processo cognitivo global e específico pode ser afetado, tanto por distúrbios primários, quanto em consequência secundária a limitações neuromotoras que restringem as experiências da pessoa com paralisia cerebral nos contextos de referência e no processo de aprendizagem.

Ele informa que as alterações presentes na pessoa com paralisia cerebral representam uma restrição biológica que predispõem consequência na trajetória típica de desenvolvimento cognitivo, acarretando muitas vezes, em deficiência intelectual ou problemas cognitivos específicos.

O Relatório certifica que a aluna apresenta notória e persistente dificuldade na interpretação, memorização, atenção, elaboração de pensamentos concretos, oralidade e concentração.

Segundo relato da psicopedagoga, no que se refere à saúde, a aluna apresenta crises de epilepsia que vêm sendo controladas por meio de medicação com indicação do neurologista que faz o seu acompanhamento.

Quanto ao seu desenvolvimento físico, percebe-se que está compatível com a sua idade. Tem atrofiamento em uma das mãos e em um dos pés, o que a deixa chateada, episódio demonstrado em ocasiões envolvendo colegas, conforme relato da coordenadora de curso.

Em relação ao desenvolvimento social e afetivo, a coordenadora do curso afirma que ela mantém um bom relacionamento com seus colegas, professores e demais funcionários da

Instituição. Além disso socializa, pois trabalha em equipe. Lidera a turma na organização de eventos, tomando frente na Comissão de Formatura. Tem um namorado na sala de aula.

De acordo com a psicopedagoga ela é atendida através do NOP, com orientações periódicas e sistematizadas, por possuir a auto estima comprometida e oscilação de humor.

Com relação a outros tratamentos, recebe atendimento clínico pela equipe multidisciplinar na Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

Constata-se que a educação inclusiva proporciona o benefício do convívio saudável, tanto para o aluno com necessidades educacionais especiais, quanto para os demais membros da comunidade escolar.

Para Stainback (1999), educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social de igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria de paz social.

O mesmo autor enfatiza que a educação inclusiva proporciona a interação e a comunicação entre os diferentes e, portanto, facilita o surgimento da amizade e do trabalho em equipe. No convívio surgem oportunidades para exercitar a sensibilidade para com o outro, para compreender, respeitar e, enfim, todos crescem juntos.

Intervenção Psicopedagógica

As atividades pedagógicas voltadas para o processo de inclusão tiveram início no ano de 2017, quando foi organizado o Núcleo de Atendimento e Apoio Psicopedagógico (NAAPP).

Segundo relato da pedagoga e coordenadora do NAAPP, assim que tomou conhecimento do caso da aluna e o levou para ser discutido em uma reunião pedagógica, um professor chegou a mencionar que o atendimento diferenciado diminuiria o curso, demonstrando claramente a resistência em trabalhar com a situação apresentada.

Para os docentes, as maiores preocupações em relação aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) são as sucessivas reprovações, o baixo desempenho acadêmico e problemas de comportamento envolvendo agressividade, interação social pobre entre outros comportamentos que possam sugerir problemas psiquiátricos (Ferreira, 2007).

Após as observações médicas, psicológicas, e psicopedagógicas a equipe de professores, liderados pela coordenadora do curso, elaborou atividades pedagógicas e avaliações diferenciadas para atender as necessidades específicas da aluna e das disciplinas, viabilizando assim um melhor desempenho e melhoria na sua aprendizagem.

O Guia de Estudo, Educação, Diversidade e Inclusão, Finom (2017), sugere a prática da avaliação processual porque esta ocorre concomitantemente com as atividades pedagógicas, gerando dados diários acerca do processo de construção do conhecimento por parte do aluno.

Assim, em uma perspectiva de educação inclusiva a avaliação processual é considerada como a mais adequada. Ela, além de oferecer a identificação e o diagnóstico das necessidades do aluno no processo de aprendizagem também permite a reorganização das informações.

Na escola inclusiva, as atividades também precisam ser adaptadas para que todos os alunos participem de forma ativa, pois, de acordo com Stainback e Stainback (1999), “além das variações curriculares de elementos isolados para acomodar as diferentes habilidades dos alunos, várias dessas modificações podem ser implementadas simultaneamente”.

Os docentes foram orientados quanto a necessidade de mudanças em suas práticas pedagógicas. Modificação do processo de avaliação e do ensino, uma maior valorização das possibilidades e das aptidões dos alunos que apresentam dificuldades.

Diversas atividades foram sugeridas e aplicadas pelos professores, a partir do estudo do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sendo: Leitura de artigos com perguntas dirigidas ao tema proposto; Relatórios escritos e apresentados ao professor, em particular; Trabalhos extraclasse para enriquecimento do assunto e servir também como atividade avaliativa; Relatórios de aula; Perguntas direcionadas à aluna no decorrer da aula; Provas escritas subjetivas; Provas orais; Construção de um Memorial.

O NOP organizou um modelo de Memorial, para ser utilizado por todos os professores durante o semestre, que consiste em um registro escrito produzido continuamente pela aluna, em cada disciplina. O professor solicita a realização de um memorial de aulas, seguindo o modelo determinado. Toda vez, ao encerrar um conteúdo, a aluna escreve e apresenta sua produção ao professor, demonstrando o que aprendeu sobre o mesmo. O professor avalia o trabalho tomando como referência as competências e habilidades escolhidas anteriormente. Todo o material produzido servirá para a montagem de uma pasta individual que substituirá o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obrigatório no curso.

Segundo Gortázar (1995), a intervenção psicopedagógica pode ocorrer por diferentes vias ou em diferentes momentos.

Atualmente a equipe do NOP reúne periodicamente com a coordenadora do curso e com os professores para estudo do desenvolvimento da aluna, avaliação e elaboração das estratégias pedagógicas definidas.

No momento a aluna realiza estágio extracurricular na Prefeitura Municipal, setor de Recursos Humanos. Segundo relato da psicopedagoga do NOP, ela se destaca no atendimento ao público, apresentando-se organizada, simpática e prestativa.

Considerações finais

As barreiras atitudinais não se removem apenas com determinações superiores, dependem de reestruturação perceptivas e afetivo-emocionais que interfiram nas predisposições de cada um de nós, em relação à alteridade.

O trabalho que o Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico desenvolve na Instituição pesquisada é fundamental para a identificação da necessidade que o aluno apresenta durante seu percurso no ensino superior e para a busca de medidas pedagógicas e administrativas para apoiá-lo.

Um aspecto relevante para a promoção da educação inclusiva no contexto da diversidade é a formação inicial e continuada dos professores, que deverá contemplar a temática da pluralidade cultural para que o educador seja promotor do exercício da cidadania:

A formação de professores no tema da Pluralidade Cultural (...) é investimento importante e precisa ser um compromisso político-pedagógico de qualquer planejamento educacional/escolar para formação e/ou desenvolvimento profissional dos professores. (Brasil, 2008).

É fato que a inclusão de estudantes com NEE vem sendo amplamente discutida no Brasil. No entanto, as políticas públicas e estudos vão se tornando mais escassos à medida que a escolarização avança, ficando o ensino superior com poucos subsídios. As publicações disponibilizadas pelo MEC quase não fazem referência à demanda acadêmica de universitários com necessidades educacionais especiais, apesar de haver legislação para tal (Brasil, 2008). No entanto, pesquisadores da área já começaram a discutir a inclusão de pessoas com NEE no ensino superior e vêm apontando desafios, limitações e possibilidades.

As atitudes discriminatórias em relação às pessoas com deficiência são decorrentes da ausência de conscientização e informação ou pela falta de oportunidades de convívio e conhecimento de pessoas com deficiência.

Dessa forma, pode-se concluir que as estratégias de apoio que foram planejadas e implementadas coletivamente na Instituição pesquisada foram significativas para a realização de um trabalho positivo, contribuindo para a efetivação da inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

CASTANHO, D. M. & Freitas, S. N. F. (2005). Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial (UFSM)*, v. 1, p. 85-92.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, A. de Souza. **Educação, diversidade e inclusão**. Guia de Estudos. Faculdade FINOM. Paracatu. 2017.

GOTARZAR. **O professor de apoio na escola regular**. In: COLL, C. e J. MARCHESI (org.) *Desenvolvimento psicológico e educação – necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MAZZOTA, M. J. da S. & D'ANTINO, M. E. F. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: Cultura, Educação e Lazer. Saúde e Sociedade**. V.20, n. 2, p. 377-389. São Paulo, 2011.

MIRANDA, Arelete Aparecida Bertoldo. Alguns marcos históricos da educação especial. In: _____. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**. Tese de Doutorado. UNIMEP, 2003.

PEREIRA, M. Aparecida. **Projeto Pedagógico do curso de Administração (PPC)**. 2018. Faculdade Tecsoma. Paracatu.

Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI).2018. Faculdade Tecsoma. Paracatu. Relatório do Núcleo de Orientação Psicopedagógica (NOP),2018. Faculdade Tecsoma. Paracatu.

RAIÇA, Darcy; PRIOSTE, Cláudia; MACHADO, Maria Luiza Gomes. **Dez questões sobre a educação da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1996.

VIVARTA, V. (2003). *Mídia e deficiência*. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil.

